

Factsheet - Diálogos UE-Angola

Sobre o Programa

O programa *Diálogos UE-Angola* é financiado pela União Europeia e implementado por uma assistência técnica desde 2019. A iniciativa visa promover o desenvolvimento sustentável e a eficácia do diálogo político entre a União Europeia e Angola nas áreas temáticas prioritárias de interesse comum do acordo *Caminho Conjunto Angola-União Europeia* (em alinhamento com Programa Indicativo Plurianual da UE e o Plano de Desenvolvimento Nacional do país).

 <p>PAZ E SEGURANÇA</p>	 <p>BOA GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS</p>
 <p>CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p>	 <p>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS</p>
 <p>ENERGIA</p>	 <p>SISTEMA DE TRANSPORTES</p>
 <p>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</p>	 <p>FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO</p>

Em concreto, o programa apoia a implementação de Acções de Diálogo, pequenos projectos promovidos por instituições angolanas e europeias no âmbito dos diálogos temáticos, que se traduzem na estruturação de parcerias entre instituições públicas angolanas e congéneres europeias ou de Estados-Membros da UE para a troca regular de conhecimento e de boas práticas e para o desenvolvimento de políticas públicas em temas de interesse comum.

O programa *Diálogos UE-Angola* procura alcançar os seguintes resultados:

- **Capacitar** - Reforçar a capacidade institucional para executar diálogos temáticos
- **Realizar Acções de Diálogo** – Melhorar os instrumentos temáticos entre a União Europeia e Angola
- **Comunicar** - Divulgar as políticas externa, de cooperação e de comércio da UE e as actividades do Caminho Conjunto Angola--União Europeia

Principais Resultados

Acções de Diálogo

- **15** Acções de Diálogo
- **6** declarações conjuntas
- **3.945** participantes em Acções de Diálogo
- **72%** dos participantes **reportam melhoria nas políticas públicas**
- **12** estudos realizados
- **8** seminários de boas práticas
- **381** participantes nos seminários de boas práticas
- **13** visitas de estudo

Capacitação

- **78** iniciativas de capacitação e de apoio técnico
- **529** formandos capacitados
- **+30%** dos formandos são do **género feminino**
- **90%** dos beneficiários **reportam melhoria de conhecimentos**

Comunicação e Visibilidade

- **88** eventos de visibilidade
- **1.780** participantes em eventos de visibilidade
- **311** notícias nos media tradicionais
- **125** publicações no website
- **4.007** visualizações no website a cada 6 meses (em média)

Instituições envolvidas

Mais de **40 instituições de Angola, da União Europeia e de países parceiros** participaram em Acções dos Diálogos, incluindo:

- Ministérios sectoriais e governos provinciais
- Universidades e centros de investigação
- Agências nacionais e europeias
- Municípios, associações e reguladores

Timeline – Diálogos UE-Angola



Testemunhos

“Os Diálogos UE-Angola tiveram um impacto positivo e transformador tanto nas instituições angolanas como nas organizações europeias.”

— **Ana Ramalheira**, Administradora da Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC)

“Os Diálogos permitiram à PlanAPP conhecer realidades diferentes, e são um primeiro passo para aprofundar as relações com as instituições angolanas.”

— **Rui Inácio**, Sub-Director Geral do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP)

Contactos e links úteis

- Redes sociais, Website e Youtube - [Linktree Diálogos UE-Angola](#)
- Bruno Carapinha - Chefe de Equipa da Assistência Técnica
b.carapinha@ceso.pt / +244 928 174 862

Síntese das Acções Concluídas

No âmbito do programa Diálogos União Europeia–Angola, foram concluídas 14 Acções de cooperação técnica, promovidas por instituições angolanas e europeias. Estas iniciativas fortaleceram capacidades institucionais, incentivaram o intercâmbio de boas práticas e promoveram políticas públicas mais eficazes e alinhadas com padrões internacionais.

As Acções realizadas abrangeram seis áreas temáticas prioritárias:

A. Crescimento Económico e Desenvolvimento Sustentável

- 1. Revisão da Avaliação dos Pequenos Pelágicos**
Capacitação do INIPM em avaliação de stocks e definição de estratégias de gestão pesqueira sustentável.
- 2. 2.º Fórum de Negócios Angola–União Europeia**
Promoção do diálogo económico e assinatura do Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável UE–Angola.
- 3. Diagnóstico da Pesca Artesanal e de Pequena Escala**
Mapeamento do sector e recomendações para políticas públicas mais eficazes no apoio à pesca artesanal.
- 4. Melhores Práticas para Missões Empresariais**
Transferência de conhecimento entre AIPEX e AICEP e produção de guias para organização de missões.
- 5. Capacitação em Processos Sancionatórios da Concorrência**
Formação da ARC em procedimentos sancionatórios e supervisão de práticas anticoncorrenciais.

B. Ciência e Tecnologia

- 6. Financiamento para uma Ciência Ética e Relevante**
Diálogo entre FUNDECIT, FCT e FNI, com produção de documentos orientadores e compromissos de cooperação.

D. Formação e Educação

- 7. Monitorização do Desenvolvimento do Capital Humano**
Parceria entre UTG/PNFQ e PlanAPP para melhorar a avaliação de políticas de formação e planeamento estratégico.
- 8. Prémio Académico Diálogos UE–Angola**
Promoção da investigação académica sobre temas europeus e aproximação institucional ao ensino superior.

E. Paz e Segurança

9. Capacitação Técnica em Segurança Marítima

Treino operacional da Marinha de Guerra Angolana no patrulhamento marítimo e combate à pirataria.

F. Energia

10. Sistemas Solares Domésticos em Angola

Estudo técnico e recomendações para a criação de um programa nacional de eletrificação fora da rede.

G. Boa Governação e Direitos Humanos

11. Nota Conceptual PEFA Angola

Elaboração de documento técnico de base para avaliação da gestão das finanças públicas.

12. Diagnóstico da Igualdade de Género em Angola

Estudo com recomendações em áreas como saúde, violência baseada no género, liderança e digitalização.

13. Estudo sobre Justiça e Estado de Direito

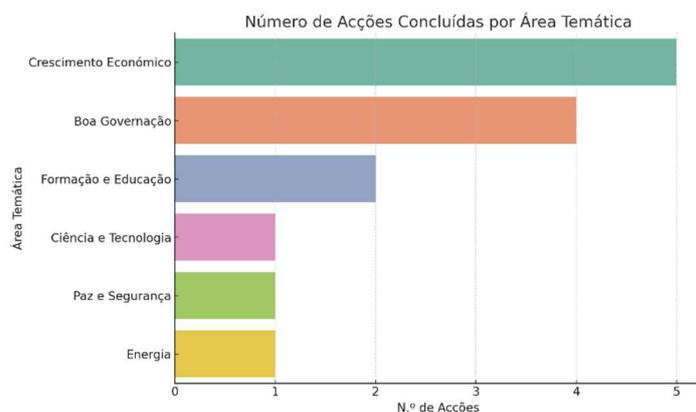
Análise do sector da justiça e propostas para reforçar o acesso à justiça e o Estado de Direito.

14. Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas

Parceria entre MINPLAN e PlanAPP com foco na profissionalização do planeamento e avaliação institucional.

Impacto Global

Estas 14 Acções ilustram o compromisso conjunto de Angola e da União Europeia com políticas públicas mais eficazes, instituições mais capacitadas e um desenvolvimento sustentável e orientado para resultados.



CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Revisão da Avaliação das Espécies de Pequenos Pelágicos

Proponentes: INIPM – Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha e IMAR – Instituto do Mar, IP (Portugal)

A Acção teve como objetivo reduzir a incerteza na avaliação dos stocks de pequenos pelágicos na Zona Económica Exclusiva de Angola, reforçando a capacidade técnica do INIPM e promovendo estratégias sustentáveis de gestão e co-gestão dos recursos pesqueiros.

Durante a sua implementação, foram capacitados técnicos em linguagem R e em métodos de avaliação de stocks, revistos cálculos relativos às espécies-alvo e disseminadas ferramentas de gestão tecnológica. Três relatórios técnicos sistematizaram o conhecimento gerado.

A Acção permitiu identificar medidas concretas para o futuro do sector, incluindo o reforço da troca de informação entre instituições, a capacitação contínua dos técnicos e a aquisição de equipamentos modernos para análise e gestão de recursos pesqueiros.

2.º Fórum de Negócios Angola–União Europeia

Proponentes: MEP – Ministério da Economia e Planeamento e DUE – Delegação da União Europeia em Angola

A Acção teve como objetivo aprofundar o diálogo entre Angola e a União Europeia, reforçando a cooperação bilateral na promoção da diversificação económica e na criação de um ambiente mais atrativo para o investimento privado europeu.

Com a realização do 2.º Fórum de Negócios UE–Angola, foi possível divulgar oportunidades nas cadeias de valor da agricultura, pescas, logística, transportes, energia, digitalização e matérias-primas estratégicas. O evento resultou na assinatura do Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável UE–Angola, o primeiro do género com a Comissão Europeia.

A Acção produziu recomendações específicas por sector e destacou a importância do investimento na formação dos recursos humanos como alicerce para o crescimento económico sustentável e competitivo do país.

Diagnóstico do Sector da Pesca Artesanal e de Pequena Escala em Angola

Proponentes: MINPERMAR – Ministério da Pesca e dos Recursos Marinhos e DUE – Delegação da União Europeia em Angola

A Acção teve como foco o mapeamento do sector da pesca artesanal e de pequena escala em Angola, contribuindo para o reforço do diálogo entre Angola e a União Europeia no domínio da Economia Azul e para a definição de prioridades de intervenção sustentáveis.

Foi elaborado um diagnóstico técnico que sistematizou os desafios e oportunidades do sector, resultando num conjunto de propostas e recomendações para melhorar a qualidade e a eficácia das políticas públicas no domínio das pescas.

Entre as recomendações destacam-se o reforço da gestão sustentável dos recursos marinhos, a valorização das comunidades costeiras e o incentivo à conformidade dos produtos pesqueiros com normas de qualidade e segurança alimentar.

Melhores Práticas para a Preparação e Organização de Missões Empresariais

Proponentes: AIPEX – Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola e AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

A Acção teve como objetivo reforçar a cooperação entre Angola e a União Europeia no domínio do crescimento económico sustentável, com foco na troca de experiências sobre a organização de missões empresariais e fóruns de negócios.

Foram capacitados quadros da AIPEX em planeamento e gestão de missões empresariais, produzidos mapeamentos de práticas institucionais e elaborados documentos técnicos orientadores, incluindo um guia de boas práticas.

A iniciativa resultou numa declaração de parceria entre as duas instituições e contribuiu para fortalecer o alinhamento organizacional e metodológico das missões empresariais no quadro da cooperação UE–Angola.

Capacitação Técnica na Condução de Processos Sancionatórios por Práticas Restritivas da Concorrência

Proponentes: ARC – Autoridade Reguladora da Concorrência de Angola e AdC – Autoridade da Concorrência de Portugal

A Acção teve como objetivo reforçar a capacidade técnica da ARC na condução de processos sancionatórios relacionados com práticas restritivas da concorrência, contribuindo para a criação de um ambiente de negócios mais justo e competitivo em Angola.

Foram capacitados dirigentes e técnicos da ARC em metodologias de supervisão e sanção de condutas anticoncorrenciais, com base em práticas da União Europeia. Foram ainda partilhadas experiências com parceiros europeus, visando a construção de mecanismos dissuasores mais eficazes.

A iniciativa resultou na definição de recomendações para a melhoria dos processos sancionatórios, incluindo o uso de soluções tecnológicas, estágios práticos e o reforço da cooperação técnica entre entidades congéneres.

PAZ E SEGURANÇA

Capacitação Técnica no Domínio da Segurança Marítima

Proponentes: MGA – Marinha de Guerra Angolana e MP – Marinha Portuguesa

A Acção teve como objetivo reforçar a capacidade operacional da Marinha de Guerra Angolana no patrulhamento e fiscalização do tráfego marítimo, bem como promover a cooperação técnico-militar entre Angola e a União Europeia no contexto da segurança marítima.

Foram realizados intercâmbios técnicos, formações especializadas e sessões de treino prático em áreas como abordagem, salvamento, fiscalização e combate à pirataria. A capacitação incidiu particularmente na zona do Golfo da Guiné, tendo sido formadores da MGA os responsáveis por disseminar os conhecimentos adquiridos.

A iniciativa permitiu consolidar a cooperação entre as marinhas de Portugal e Angola, promovendo uma abordagem partilhada aos desafios da governação marítima e o reforço da segurança no espaço marítimo regional.

ENERGIA

Intercâmbio para Análise do Potencial de um Programa de Sistemas Solares Domésticos em Angola

Proponentes: MINEA – Ministério da Energia e Águas e ALER – Associação Lusófona de Energias Renováveis

A Acção teve como objetivo explorar o potencial de desenvolvimento de um programa nacional de sistemas solares domésticos, com enfoque nas zonas rurais e periurbanas de Angola, promovendo a troca de experiências com parceiros da região e da União Europeia.

Foram partilhados conhecimentos sobre desafios à eletrificação fora da rede, analisado o impacto do programa FASER em Moçambique e estudadas as condições para replicar um modelo semelhante em Angola. Foi também elaborado um estudo técnico com recomendações específicas sobre o tema.

A Acção reforçou a articulação institucional no sector e apontou caminhos concretos para acelerar a eletrificação rural sustentável, com destaque para a criação de uma estratégia nacional dedicada aos sistemas solares domésticos.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Políticas e Práticas de Financiamento para uma Ciência e Tecnologia Global, Ética, Inovadora e Relevante

Proponentes: FUNDECIT – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico e FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal)

A Acção teve como objetivo reforçar a cooperação entre agências de financiamento de ciência em Angola, Portugal e Moçambique, promovendo a partilha de práticas e a construção de referenciais comuns para uma ciência ética, inclusiva e orientada para o desenvolvimento.

Foi realizado um mapeamento das práticas de gestão da ciência nos três países, elaborado um portefólio de documentos orientadores e promovida a assinatura de declarações de parceria e compromisso para a cooperação científica futura entre as instituições envolvidas.

A Acção contribuiu para diversificar as fontes de financiamento e para reforçar os princípios de transparência, equidade e inclusão no apoio à ciência, com propostas específicas para o desenvolvimento sustentável e a valorização de comunidades e grupos sub-representados.

BOA GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Apoio à Elaboração da Nota Conceptual Public Expenditure and Financial Accountability em Angola (PEFA I)

Proponentes: MINFIN – Ministério das Finanças e DUE – Delegação da União Europeia em Angola

A Acção teve como objetivo apoiar a implementação do Quadro de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas (PEFA) em Angola, através do levantamento e sistematização dos procedimentos em vigor na gestão orçamental do Estado.

Como resultado, foi elaborada uma Nota Conceptual orientadora, que estabelece as bases técnicas para a avaliação do desempenho das finanças públicas segundo a metodologia internacional PEFA, contribuindo para o reforço da transparência e da eficácia na gestão orçamental.

Esta Acção inscreve-se no esforço conjunto de Angola e da União Europeia para consolidar boas práticas de governação financeira e reforçar a confiança institucional nos mecanismos de prestação de contas.

Diagnóstico da Igualdade de Género em Angola

Proponentes: MASFAMU – Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e DUE – Delegação da União Europeia em Angola

A Acção teve como objetivo analisar a situação da igualdade de género em Angola, através da atualização de indicadores-chave e da identificação de barreiras que limitam o progresso para uma sociedade mais equitativa.

Foi produzido um estudo sobre a realidade da igualdade de género no país, incluindo recomendações específicas para promover a integração da perspetiva de género nas políticas públicas e nos programas de desenvolvimento.

A Acção resultou na definição de áreas prioritárias como a violência baseada no género, saúde sexual e reprodutiva, empoderamento económico, participação política e transformação digital, contribuindo para uma abordagem transversal à igualdade de género.

Estudo no Domínio da Justiça e do Estado de Direito em Angola

Proponentes: MINJUSDH – Ministério da Justiça e Direitos Humanos e DUE – Delegação da União Europeia em Angola

A Acção teve como objetivo rever áreas específicas do sector da Justiça e do Estado de Direito em Angola, identificando prioridades de intervenção para reforçar o diálogo e a cooperação com a União Europeia neste domínio estratégico.

Foi elaborado um estudo técnico que analisou o quadro nacional das políticas públicas de justiça, permitindo destacar os principais desafios e propor linhas de ação para uma maior eficácia institucional.

A Acção resultou em recomendações concretas para o reforço da cooperação nas áreas da reforma judicial, combate à corrupção, registo civil e sistema penitenciário, com vista a melhorar o acesso à justiça e o respeito pelo Estado de Direito.

Troca de Experiências sobre Planeamento do Desenvolvimento Nacional e Avaliação das Políticas Públicas

Proponentes: MINPLAN – Ministério do Planeamento de Angola e PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, Presidência do Conselho de Ministros de Portugal

A Acção teve como objetivo reforçar as competências técnicas do MINPLAN nos domínios do planeamento e da avaliação de políticas públicas, promovendo o intercâmbio de boas práticas com instituições congéneres e aprofundando a cooperação com a União Europeia.

Foi realizado um diagnóstico sobre os desafios do planeamento do desenvolvimento nacional, identificadas áreas prioritárias de intervenção e capacitados técnicos e chefias intermédias do MINPLAN. A Acção culminou na formalização de uma parceria entre o MINPLAN e a PlanAPP.

A iniciativa consolidou um espaço de cooperação técnica para o futuro, com foco na profissionalização do planeamento, na adoção de metodologias modernas e na coordenação de políticas públicas em escala nacional e provincial.

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Troca de Experiências para a Monitorização do Desenvolvimento do Capital Humano

Proponentes: UTG/PNFQ – Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional de Formação de Quadros, Casa Civil do Presidente da República de Angola e PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, Presidência do Conselho de Ministros de Portugal

A Acção teve como objetivo reforçar a monitorização dos programas de desenvolvimento do capital humano em Angola, promovendo o diálogo técnico com instituições europeias e a integração de boas práticas no planeamento estratégico da formação de quadros.

Foram identificadas boas práticas de gestão, analisados os principais desafios do sector e formalizada uma declaração de parceria entre a UTG/PNFQ e a PlanAPP. A cooperação iniciada permitiu estruturar bases para uma colaboração técnica continuada.

A Acção contribuiu para o alinhamento metodológico na avaliação de políticas de capital humano, com vista ao fortalecimento institucional e à melhoria da eficácia dos programas de formação no país.

Prémio Académico Diálogos União Europeia–Angola

Proponentes: MESCTI – Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e DUE – Delegação da União Europeia em Angola

A Acção teve como objetivo promover a investigação académica sobre temas europeus e a cooperação entre Angola e a União Europeia, incentivando a excelência e a aproximação institucional entre universidades angolanas e organizações da UE.

A primeira edição do Prémio Académico dinamizou o interesse de estudantes e instituições de ensino superior em estudos comparados, contribuindo para o reforço do diálogo académico e institucional com a UE. Foram destacados trabalhos de estudantes finalistas de licenciatura e pós-graduação de várias universidades angolanas.

A Acção consolidou a ligação das instituições de ensino superior à agenda europeia e gerou recomendações concretas, como a realização de nova edição do prémio, uma conferência de partilha de resultados e a publicação dos estudos vencedores.